


**Angélica Müller**  
COORDENADORA

**1968**  
**EM**  
**MOVIMENTO**

 **FGV EDITORA**

Copyright © 2018 Angélica Müller

Direitos desta edição reservados à  
FGV EDITORA  
Rua Jornalista Orlando Dantas, 37  
22231-010 | Rio de Janeiro, RJ | Brasil  
Tels.: 0800-021-7777 | 21-3799-4427  
Fax: 21-3799-4430  
editora@fgv.br | pedidoseditora@fgv.br  
www.fgv.br/editora

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação do copyright (Lei nº 9.610/98).

*Os conceitos emitidos neste livro são de inteira responsabilidade dos autores.*

1ª edição – 2018

PREPARAÇÃO DE ORIGINAIS: Dora Rocha  
REVISÃO: Fatima Caroni  
PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO: Abreu's System  
CAPA: Studio 513

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Mario Henrique Simonsen/FGV

1968 em movimento / Angélica Müller (coordenadora). – Rio de Janeiro : FGV Editora, 2018.  
232 p.

Inclui bibliografia.  
ISBN: 978-85-225-2082-4

1. Brasil – História – 1968. 2. Movimentos estudantis – Brasil – 1968. 3. Estudantes – Atividades políticas – 1968. 4. Ditadura – Brasil. I. Müller, Angélica. II. Fundação Getulio Vargas.

CDD – 322.40981

## “Le mai 68” brasileiro: a Casa do Brasil na Cidade Universitária de Paris

Angélica Müller

1968, o “ano mágico”, ficou conhecido como um momento de contestação global e de manifestações contra a ordem política e social dominante em que os jovens tiveram o protagonismo. No imaginário sobre 1968, o maio francês guarda um espaço privilegiado: as barricadas na rua Gay-Lussac, as grandes manifestações de rua e as greves gerais, as reivindicações por liberdades, o desejo de autogestão, os *slogans* que marcaram a geração da época e as gerações subsequentes – “É proibido proibir”, “Imaginação no poder”, “Seja realista, peça o impossível”, entre tantos outros. A historiografia brasileira muito já questionou sobre os possíveis impactos (ou não) dos episódios parisienses no 68 brasileiro. No entanto, pouco se conhece sobre os brasileiros que estavam na França naquele momento. E ainda, sobre como o governo brasileiro, que reprimia o movimento estudantil aqui, vinha acompanhando as movimentações francesas, e o que esperava dos estudantes brasileiros que lá estavam. Havia um motivo nada desprezível para inquietação: o Brasil mantinha uma residência para mais de 100 estudantes na Cidade Universitária de Paris.

Nosso objetivo aqui é justamente apresentar esse contexto ainda pouco conhecido do leitor brasileiro. Em meio ao tumultuado “maio francês”, a Cidade Universitária de Paris, a Casa do Brasil e seus estudantes teriam tido algum envolvimento naqueles eventos? E os militares, que partiram para a violência nas diversas manifestações no Brasil, que colocaram a UNE e as entidades estudantis na ilegalidade e acabaram por fechar um ciclo de escalada do autoritarismo com o AI-5, como viam a “liberdade de ação” das manifestações francesas? Controlavam estudantes sem controle? Como era mediada a relação com uma casa sustentada pelo governo brasileiro, mas que estava em território francês? Essas e outras questões serão apresentadas ao longo deste texto. Mas

para tanto será necessário, primeiramente, entender a origem da Casa do Brasil e seu funcionamento.

## Antecedentes

Quando da criação da Cité Internationale Universitaire de Paris (Ciup) na década de 1920, o governo brasileiro, reconhecido por sua tradição diplomática apesar de não ter uma atuação significativa no setor cultural e educativo, logo se interessou pela ideia de nela construir uma casa para o estudante brasileiro.<sup>1</sup> Em 1928, o embaixador do Brasil Luis Martins de Souza Dantas visitou na própria Cidade Universitária um de seus fundadores, André Honnorat, para lhe pedir que reservasse um terreno para o Brasil na “colina de Montsouris”. A visita foi realizada em companhia de Paulo Carneiro, então doutorando em química na Sorbonne e bolsista do governo brasileiro, futuro pesquisador do Institut Pasteur e chefe da delegação permanente do Brasil junto à Unesco.

No entanto, foi só nos anos 1950, momento de expansão das universidades brasileiras e de criação das agências reguladoras do ensino superior no país, que o projeto de construção de uma Maison du Brésil na França foi retomado. Assim, em 1952 foi formada uma “Commission pour la construction du pavillon brésilien à la cité universitaire de Paris” no seio do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, órgão ligado ao Ministério das Relações Exteriores (MRE, também conhecido como Itamaraty). Presidida por Ana Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça,<sup>2</sup> que anos antes tentara estabelecer as primeiras casas de estudantes fora do Brasil, a comissão se reuniu ao longo de três anos e contou com o apoio do Ministério da Educação e Cultura (MEC).<sup>3</sup> Foi assim que, em 11 de junho de 1954, o embaixador do Brasil na França, Caio de Mello Franco, Paris, responsável pela Cidade Universitária, doando-o à Universidade de Paris, responsável pela Cidade Universitária. O documento foi também assinado por Jean Sarrailh, presidente do conselho da universidade.

<sup>1</sup> Em 31 de dezembro de 1927, o *Diário Oficial* já registrava a “3ª Discussão do projecto n. 756, de 1927, autorizando o governo a criar, em Paris, a Casa do Estudante Brasileiro”. Outras menções ao assunto aparecem nas edições de 30 de novembro e de 2, 6, 7 e 26 de dezembro de 1928. Ver Salim, *1959-2009...* (s.d.).

<sup>2</sup> Nos anos 1930-1940 Ana Amélia foi presidente da Casa do Estudante do Brasil.

<sup>3</sup> Ver Salim, *Discours 50 ans...*

Algumas das condições expressas no ato de doação são importantes para entender as normas que deveriam nortear o funcionamento da Casa do Brasil: registrada como "Université de Paris, Maison du Brésil", a instituição seria administrada sob controle da Universidade de Paris<sup>4</sup> e gerida por um conselho de administração constituído de 10 membros.<sup>5</sup> A gestão da casa ficaria a cargo de um diretor nomeado pelo reitor da Academia de Paris mediante indicação desse Conselho de Administração.<sup>6</sup>

O projeto do prédio foi desenhado pelo arquiteto modernista brasileiro Lucio Costa (que juntamente com Oscar Niemeyer projetaria Brasília nos anos subsequentes). Mas foi o escritório do famoso arquiteto francês Le Corbusier que assinou, em julho de 1954, o contrato com o governo brasileiro para a construção do prédio e, no ano seguinte, começou a obra.<sup>7</sup> Mais do que um prédio para os estudantes brasileiros, a Maison du Brésil deveria ser um monumento que representasse as relações entre Brasil e França, um patrimônio, como posteriormente a Unesco a classificou.

Em 1959, a Casa do Brasil entrou em funcionamento. Em fevereiro daquele ano foi nomeado diretor provisório o professor Péricles Madureira de Pinho, funcionário do MEC que supervisionou a construção do prédio. A primeira reunião do Conselho de Administração foi realizada em 18 de junho, às vésperas da inauguração da casa. Nessa reunião foram aprovadas as normas que compunham o regulamento interno da casa, entendidas, anos mais tarde, como "dispositivos drásticos":<sup>8</sup> o fechamento da casa se daria à 1h30 (o residente que chegasse depois desse horário seria obrigado a apresentar sua carteira de morador ao funcionário de plantão, que posteriormente comunicaria o fato ao diretor); era proibida a permanência nos quartos na parte da manhã depois de 9h a fim de permitir sua arrumação pelas funcionárias; o elevador seria bloqueado a partir das 17h, servindo apenas ao 4º e 5º andares, destinados às mulheres (homens e casais que habitassem os andares abaixo deveriam utilizar as escadas); nenhum

---

<sup>4</sup> De acordo com a convenção estabelecida para a Ciup em 25 de julho de 1925.

<sup>5</sup> Eram eles: 1) o embaixador do Brasil em Paris, ou seu delegado; 2) o reitor da Academia de Paris; 3) o presidente da Ciup; 4) o delegado geral da Ciup; 5) quatro personalidades brasileiras propostas pelo embaixador ao reitor da Academia de Paris e 6) duas personalidades francesas propostas pelo Conselho de Administração da Ciup ao reitor da Academia de Paris.

<sup>6</sup> AEB, nº 606/542.93 (85).

<sup>7</sup> Ver Salim, *Discours 50 ans...*

<sup>8</sup> AEB, nº 606/542.93 (85).

cartaz poderia ser afixado no prédio sem a permissão do diretor; as visitas só poderiam ser recebidas no *hall* do prédio até 23h.<sup>9</sup>

Fechado o regulamento, que se coadunava com o da Cidade Universitária, a casa foi inaugurada com uma cerimônia em 24 de junho de 1959 na presença do ministro da Educação brasileiro Clóvis Salgado e de seu homólogo francês André Boulloche. Estiveram presentes também outras autoridades dos dois países, como o ministro da Cultura francês André Malraux e a primeira-dama brasileira Sara Kubitschek (representante do presidente Juscelino Kubitschek),<sup>10</sup> mostrando a importância das relações franco-brasileiras.

Em 18 de agosto o *Diário Oficial da União* registrou o Decreto nº 46.683, assinado pelo presidente JK e pelo ministro da Educação e Cultura, que dispunha sobre a “Casa do Brasil na Cidade Universitária de Paris”: logo no art. 1º definia-se que a casa era vinculada ao MEC, “funcionando sob o regime do acordo a esse respeito firmado com a Universidade de Paris” [leia-se o ato de doação da casa já citado]; já o art. 2º diferia do conteúdo assinado no ato de doação, ao determinar que a casa seria “dirigida por um Conselho de Administração presidido pelo embaixador do Brasil em Paris e por um diretor, designado pelo embaixador do Brasil em Paris, mediante a indicação do ministro de Estado da Educação e Cultura”.

No mesmo decreto apresentavam-se as questões da seleção de candidatos e da manutenção da casa: caberia à agência do Ministério da Educação, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), realizar a “seleção dos candidatos brasileiros à residência” e ao diretor da casa autorizar a admissão dos mesmos. O MEC deveria ainda, conforme o art. 4º, incluir anualmente na proposta do orçamento da União “os recursos necessários para o funcionamento e a conservação da casa”. Em resumo: o MEC subvencionava a casa e organizava os candidatos, o Itamaraty presidia o conselho, e o poder de decisão final ficava com a cité universitaire, de acordo com o ato de doação assinado em 1954, e com o conselho presidido pelo embaixador, segundo o decreto de 1959. Esse ponto, aparentemente sem importância, fazia diferença quando dirigentes brasileiros, anos depois, tentaram impor normas que não se coadunavam com a direção central da Cidade Universitária.

A descrição pormenorizada das legislações e normas que passaram a reger a casa é importante para que possamos entender os eventos ocorridos em 1968 e

<sup>9</sup> Idem.

<sup>10</sup> Idem.

Algumas das condições expressas no ato de doação são importantes para entender as normas que deveriam nortear o funcionamento da Casa do Brasil: registrada como "Université de Paris, Maison du Brésil", a instituição seria administrada sob controle da Universidade de Paris<sup>4</sup> e gerida por um conselho de administração constituído de 10 membros.<sup>5</sup> A gestão da casa ficaria a cargo de um diretor nomeado pelo reitor da Academia de Paris mediante indicação desse Conselho de Administração.<sup>6</sup>

O projeto do prédio foi desenhado pelo arquiteto modernista brasileiro Lucio Costa (que juntamente com Oscar Niemeyer projetaria Brasília nos anos subsequentes). Mas foi o escritório do famoso arquiteto francês Le Corbusier que assinou, em julho de 1954, o contrato com o governo brasileiro para a construção do prédio e, no ano seguinte, começou a obra.<sup>7</sup> Mais do que um prédio para os estudantes brasileiros, a Maison du Brésil deveria ser um monumento que representasse as relações entre Brasil e França, um patrimônio, como posteriormente a Unesco a classificou.

Em 1959, a Casa do Brasil entrou em funcionamento. Em fevereiro daquele ano foi nomeado diretor provisório o professor Péricles Madureira de Pinho, funcionário do MEC que supervisionou a construção do prédio. A primeira reunião do Conselho de Administração foi realizada em 18 de junho, às vésperas da inauguração da casa. Nessa reunião foram aprovadas as normas que compunham o regulamento interno da casa, entendidas, anos mais tarde, como "dispositivos drásticos":<sup>8</sup> o fechamento da casa se daria à 1h30 (o residente que chegasse depois desse horário seria obrigado a apresentar sua carteira de morador ao funcionário de plantão, que posteriormente comunicaria o fato ao diretor); era proibida a permanência nos quartos na parte da manhã depois de 9h a fim de permitir sua arrumação pelas funcionárias; o elevador seria bloqueado a partir das 17h, servindo apenas ao 4º e 5º andares, destinados às mulheres (homens e casais que habitassem os andares abaixo deveriam utilizar as escadas); nenhum

<sup>4</sup> De acordo com a convenção estabelecida para a Ciup em 25 de julho de 1925.

<sup>5</sup> Eram eles: 1) o embaixador do Brasil em Paris, ou seu delegado; 2) o reitor da Academia de Paris; 3) o presidente da Ciup; 4) o delegado geral da Ciup; 5) quatro personalidades brasileiras propostas pelo embaixador ao reitor da Academia de Paris e 6) duas personalidades francesas propostas pelo Conselho de Administração da Ciup ao reitor da Academia de Paris.

<sup>6</sup> AEB, nº 606/542.93 (85).

<sup>7</sup> Ver Salim, *Discours 50 ans....*

<sup>8</sup> AEB, nº 606/542.93 (85).

cartaz poderia ser afixado no prédio sem a permissão do diretor; as visitas só poderiam ser recebidas no *ball* do prédio até 23h.<sup>9</sup>

Fechado o regulamento, que se coadunava com o da Cidade Universitária, a casa foi inaugurada com uma cerimônia em 24 de junho de 1959 na presença do ministro da Educação brasileiro Clóvis Salgado e de seu homólogo francês André Boulloche. Estiveram presentes também outras autoridades dos dois países, como o ministro da Cultura francês André Malraux e a primeira-dama brasileira Sara Kubitschek (representante do presidente Juscelino Kubitschek),<sup>10</sup> mostrando a importância das relações franco-brasileiras.

Em 18 de agosto o *Diário Oficial da União* registrou o Decreto nº 46.683, assinado pelo presidente JK e pelo ministro da Educação e Cultura, que dispunha sobre a “Casa do Brasil na Cidade Universitária de Paris”: logo no art. 1º definia-se que a casa era vinculada ao MEC, “funcionando sob o regime do acordo a esse respeito firmado com a Universidade de Paris” [leia-se o ato de doação da casa já citado]; já o art. 2º diferia do conteúdo assinado no ato de doação, ao determinar que a casa seria “dirigida por um Conselho de Administração presidido pelo embaixador do Brasil em Paris e por um diretor, designado pelo embaixador do Brasil em Paris, mediante a indicação do ministro de Estado da Educação e Cultura”.

No mesmo decreto apresentavam-se as questões da seleção de candidatos e da manutenção da casa: caberia à agência do Ministério da Educação, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), realizar a “seleção dos candidatos brasileiros à residência” e ao diretor da casa autorizar a admissão dos mesmos. O MEC deveria ainda, conforme o art. 4º, incluir anualmente na proposta do orçamento da União “os recursos necessários para o funcionamento e a conservação da casa”. Em resumo: o MEC subvencionava a casa e organizava os candidatos, o Itamaraty presidia o conselho, e o poder de decisão final ficava com a cité universitaire, de acordo com o ato de doação assinado em 1954, e com o conselho presidido pelo embaixador, segundo o decreto de 1959. Esse ponto, aparentemente sem importância, fazia diferença quando dirigentes brasileiros, anos depois, tentaram impor normas que não se coadunavam com a direção central da Cidade Universitária.

A descrição pormenorizada das legislações e normas que passaram a reger a casa é importante para que possamos entender os eventos ocorridos em 1968 e

<sup>9</sup> Idem.

<sup>10</sup> Idem.



seus desdobramentos, ou seja, entender como os principais atores, representados pela cité universitaire, pela embaixada do Brasil e pelos militares que tomaram o poder no Brasil com o golpe em 1964 iriam agir e usar essas regras em benefício dos seus pontos de vista, embasando assim suas ações.

## A Maison du Brésil em seus primeiros anos

Em seus primeiros anos de existência, a Maison du Brésil desempenhou um papel importante de representação do Brasil em Paris: "viveu seus primeiros anos com todo o brilho de que poderia desfrutar: todas as autoridades e todos os artistas nacionais que passavam por Paris a visitaram, e foi assim que a casa recebeu o presidente JK em pessoa e que nela foram apresentados concertos de Vinícius de Moraes".<sup>11</sup> Internamente, vários problemas se apresentaram, a começar pelo próprio prédio, cujas instalações e mobiliário ainda não tinham sido concluídos no momento da abertura. O orçamento tornou-se mais elevado que o previsto, ocasionando problemas para a realização dos pagamentos, advindos ainda da dificuldade do MEC em repassar as somas calculadas para a manutenção da casa.

Na reunião do Conselho de Administração em 2 de fevereiro de 1960,<sup>12</sup> a primeira depois da inauguração, a diretora Célia Neves Lazzarotto relatou problemas disciplinares com os residentes causados por sua "heterogeneidade". Assim, a diretora propôs que a maison passasse a receber estudantes de pós-graduação (ressalva para médicos e artistas com trabalho reconhecido), "cuja maturidade facilitaria a manutenção da disciplina". A maioria dos conselheiros achou a proposta radical e optou por aprovar uma nova regra de admissão de residentes: que todos fossem portadores de diploma de ensino superior e apresentassem um plano de estudos concreto. O conselho ainda decidiu que o diretor não tinha autonomia para considerar pedidos, de bolsistas ou não, que não tivessem sido recomendados pela Capes. Somente depois da análise dos dossiês o diretor tomaria decisões segundo os critérios regidos pela Ciup e passaria os casos ao controle do Conselho de Administração da maison, quando necessário.

<sup>11</sup> Ver Salim, *Discours 50 ans...* Tradução livre da autora.

<sup>12</sup> AEB, Ata da reunião do Conselho de Administração da Casa do Brasil na Cidade Universitária em Paris, 2 de fevereiro de 1960.

Em seus primeiros quatro anos de vida, a maison teve quatro diretores.<sup>13</sup> Finalmente, em julho de 1963, assumiu a direção o professor de história da Universidade de São Paulo Luis Lisanti Filho, que fora aluno de Fernand Braudel e estava atuando como professor na VI Seção da École Pratique des Hautes Études. Naquele momento, o maior problema da administração da maison advinha das dificuldades de repasse orçamentário do Ministério da Educação, o que aconteceu sucessivamente com os outros diretores, que acabaram recorrendo à embaixada para a resolução de problemas financeiros.

Em 1º de abril de 1964 o Brasil passou por um golpe de Estado, organizado por civis e militares, que derrubou o presidente João Goulart (1961-1964) e deu início a uma ditadura militar que duraria 21 anos. Em tempos de Guerra Fria, o anticomunismo, de larga tradição no Brasil desde os anos 1920, foi potencializado com o “perigo” da Revolução Cubana (1959), servindo como motivo, junto com a questão da corrupção, para a derrubada do governo. E este foi um dos focos dos militares: neutralizar e exterminar opositores ditos comunistas ou ligados a ideias “esquerdizantes” e “subversivas”. Como afirmou o historiador Rodrigo P. Sá Motta (2014:23), depois dos sindicatos e das organizações de trabalhadores rurais, as instituições universitárias foram os alvos das ações repressivas. Estima-se que nos primeiros dias após o golpe foram presas entre 20 e 30 mil pessoas, entre elas vários professores universitários reconhecidos e muitos estudantes. Universidades foram invadidas, reitores foram destituídos, professores demitidos e aposentados, e muitos inquéritos administrativos instalados. Assistiu-se a uma mudança radical nos quadros do novo governo, e a fala do novo ministro da Educação, ex-reitor da Universidade Federal do Paraná, Flávio Suplicy de Lacerda, veio demonstrar claramente o novo objetivo: fazer uma “limpeza” na área do MEC para “sanear o comunismo das instituições responsáveis pela formação da juventude” (Motta, 2014:33).

Foi nesse contexto que em 8 de junho de 1964 o diretor da Casa do Brasil recebeu o comunicado de que o ministro da Educação nomeara o professor da Universidade Federal do Ceará, Francisco Martins, como novo diretor da maison. A notícia parece não ter agradado apenas a Luís Lisanti, que se mobilizou para continuar na função. O lado francês também parece não ter gostado de uma nova indicação.

<sup>13</sup> Os professores Péricles Madureira de Pinho, Célia Neves Lazarotto, Leônidas Sobrinho Porto e Américo Jacobina Lacombe.

Robert Garric, delegado-geral da cité universitaire, procurou o ministro conselheiro da embaixada do Brasil, Raul de Vincenzi, buscando informações sobre os rumores acerca da demissão de Lisanti e pedindo a permanência do professor na direção da maison, pela excelência do seu trabalho e por conta de toda a atribuição dos primeiros anos de existência da maison, com cinco diretores.<sup>14</sup> Não bastasse a "visita", Garric preparou um documento contundente para a embaixada, relembrando às autoridades brasileiras alguns pontos importantes da convenção firmada para a gestão da maison, destacadamente o que afirmava que somente o reitor da Universidade de Paris (presidente da Ciup) poderia nomear os diretores das casas, pois as mesmas faziam parte do patrimônio da própria universidade. Garric afirmava ainda que fora nessa condição que o reitor nomeara Lisanti, a partir de uma proposta do Conselho de Administração da casa, e que não era habitual retirar um diretor sem que este o requeresse. Caberia, portanto, ao conselho indicar novos nomes para exame do reitor. Por fim, ainda um pedido: "o presidente da Ciup ficaria honrado em tratar pessoalmente do conjunto dos problemas que poderia causar a administração da Maison du Brésil com o embaixador".<sup>15</sup>

O documento de Garric não deixava dúvidas quanto ao poder de mando da cité sobre a maison. O Itamaraty se encarregou de repassar o documento ao MEC, que foi obrigado a anular a nomeação do novo diretor e manter Luis Lisanti na direção da Maison du Brésil. Os dirigentes do ministério entenderam que, apesar de fornecerem o orçamento e escolherem os moradores, a casa não estava submetida ao MEC e, em última hipótese, ao governo brasileiro.

Assim, sob o pretexto de inteirar-se dos problemas das casas do Brasil no exterior (pois havia uma também em Madri), em maio de 1965 o governo instalou na Capes um grupo de trabalho integrado por dois membros do MEC e dois do Itamaraty, e presidido pelo presidente do conselho deliberativo da Capes. Esse grupo sugeriu ao presidente da República que editasse um novo decreto de regulamentação das casas passando-as para a responsabilidade do Ministério das Relações Exteriores e deixando a Capes encarregada apenas da seleção dos bolsistas. Essas sugestões foram traduzidas no Decreto nº 56.728 de 16 de agosto de 1965 que, além de passar o vínculo das casas para o âmbito

<sup>14</sup> AEB, 542.93 (85) de 15 de junho de 1964.

<sup>15</sup> AN, BR\_DFANBSB\_AAJ\_IPM\_0236\_d. Lettre de Robert Garric au Chargé des Affaires de l'Ambassade du Brésil, le 17 juin 1964. p. 33 a 35. Tradução livre da autora.

do Itamaraty, definiu, em seu art. 2º, que “as Casas do Brasil serão dirigidas, na forma prevista pelos acordos de estabelecimento, por um diretor designado pelo embaixador do Brasil no país respectivo, mediante a escolha feita pelo ministro das Relações Exteriores através de uma lista tríplice elaborada por uma Comissão Supervisora”. O governo brasileiro ainda tentava assim ter o poder de decidir quem dirigiria a sua casa.

No Brasil, a resistência ao regime implantado crescia: muitos estudantes, juntamente com vários intelectuais e artistas, formavam uma frente de resistência ao regime que cada vez mais se mostrava autoritário. Em consequência, o aparelhamento de vigilância do Estado crescia, inclusive no exterior. A “ordem” interna era garantida, mas como vigiar opositores do regime que não se encontravam em solo brasileiro? Foi assim que em 1966 foi instalado clandestinamente no Ministério das Relações Exteriores o Ciex, Centro de Informações do Exterior, e no ano seguinte, no mesmo ministério, a Divisão de Segurança e Informação (DSI), órgão que passou a existir em todos os ministérios civis. Já a Maison du Brésil, entre 1965 e 1967, parece que seguiu seu curso. No entanto, cresceu a preocupação dos militares com a casa e os possíveis elementos “subversivos” que por lá passavam.

Assim é que no ano de 1967 aumentou a troca de correspondência entre os órgãos militares sobre a circulação de “suspeitos”,<sup>16</sup> sobre a vigilância das próprias instituições do governo e os critérios adotados para o desempenho de suas funções. Em 21 de junho daquele ano, a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, preocupada com “uma verdadeira propaganda organizada com o fito de torcer a verdade dos fatos que ocorrem no Brasil”, enviou à DSI do MRE o seguinte pedido de informação:

Tal propaganda, feita por meio de folhetos impressos em português e distribuída regularmente aos estudantes brasileiros, é realizada sob a inspiração de asilados políticos e conta com a participação de estudantes bolsistas de tendências e convicções políticas e ideológicas totalmente contrárias ao espírito da revolução de março de 1964. Ocorre ainda mais, que tais estudantes bolsistas se ausentam do país, na maioria das vezes, recebendo uma ajuda financeira em dólares fornecida por esse Ministério. Desta forma, esta Secretaria-geral solicita a V. Sa. que seja enviada à consideração do SNI uma lista com o nome de tais pretendentes, antes

<sup>16</sup> AN, Ofício nº 033-1S/2144/67. Em 21.6.1967. BR\_DFANBSB\_N8\_0\_PSN\_EST\_0301-d0001de0001.

da concessão de tal auxílio, para que no futuro, evite-se o paradoxo do governo brasileiro auxiliar financeiramente elementos que se dirigem ao exterior para lá denegrir sua pátria.<sup>17</sup>

Em 18 de maio de 1967, o chefe do Conselho de Segurança Nacional pediu um informe à DSI do MRE sobre a Casa do Brasil, uma vez que o conselho vinha recebendo "informações pouco lisonjeiras" sobre a atuação da maison. Para tanto, pedia a elaboração de um estudo contendo:

- dados sobre a sua organização;
- cooperação brasileira para o seu funcionamento;
- qual a sua finalidade: cultural, assistencial ou ambas?;
- vem desempenhando suas missões satisfatoriamente?;
- tem promovido reuniões de caráter político?;
- quem a dirige no momento? É funcionário diplomático?;
- outros esclarecimentos julgados convenientes.<sup>18</sup>

Se era preciso mapear os estudantes fora do país, maior ainda era o nível de controle interno. Um documento também de junho de 1967 mostra a apreensão e a tentativa de reverter a doação de uma bolsa concedida por uma agência americana ao então estudante de veterinária da Universidade da Bahia Diógenes Santiago dos Santos, "conhecido como agitador da área estudantil local". O chefe de gabinete do Conselho de Segurança Nacional foi claro ao demonstrar descontentamento com a concessão de uma bolsa para um "elemento agitador. Pois tal ocorrência somente pode causar decepção e repercussão negativa entre os universitários democratas e a todo transe deve ser evitada".<sup>19</sup> O documento termina com o pedido de máximo empenho para a anulação da concessão realizada. A vigilância aumentava proporcionalmente aos movimentos de resistência que cresciam no Brasil e no exterior.

<sup>17</sup> AN, BR\_DFANBSB\_N8\_0\_PSN\_EST\_0301\_d0001de0001. Ofício n 031-1S /2142/67.

<sup>18</sup> AN, BR\_DFANBSB\_N8\_0\_PSN\_EST\_0301\_d0001de0001. Ofício n 019-1S/1104/67.

<sup>19</sup> AN, BR\_DFANBSB\_N8\_0\_PSN\_EST\_0301\_d0001de0001. Ofício n 032-1S /2142/67.

## O ano de 1968

A contestação organizada pelo movimento estudantil no Brasil crescia vultosamente e explodiu em março de 1968 com a morte de um estudante secundarista pelas forças militares no Rio de Janeiro. A morte de Edson Luís foi mote para a realização de grandes manifestações em todo o país, e os estudantes pareciam ganhar apoio de uma classe média e de parte da imprensa que outrora apoiara o golpe. Se os militares estavam muito preocupados com a importância das manifestações que aconteciam no país contra o governo, não ficaram menos tranquilos quando eclodiu o maio francês.

Os acontecimentos de maio e junho de 1968 na França, considerados o movimento social mais importante do século XX neste país, apresentaram questões políticas, sociais e culturais que estavam latentes para uma sociedade que se transformava rapidamente no pós-guerra e cada vez mais se urbanizava. Os eventos mobilizaram não apenas a juventude universitária, mas também os sindicatos, os operários e parte da sociedade, que passaram a contestar os problemas políticos do país, como a questão do desemprego e da sociedade de consumo, a lutar pelos movimentos libertários, influenciados sobretudo pela atuação da França na Guerra da Argélia e pela Guerra do Vietnã empreendida pelos Estados Unidos. Assistia-se enfim a uma contestação dos valores tradicionais de uma sociedade que mudava rapidamente de perfil. O movimento estudantil local estava engajado numa dupla batalha: a reforma universitária do ministro Fouchet, que já havia gerado uma série de protestos e uma greve dos estudantes em novembro de 1967, e os regulamentos internos das residências universitárias, considerados conservadores e arcaicos (Bantigny, 2018:39).

O fato que disparou esses eventos, ainda em março, foi a prisão de um militante estudantil de sociologia de origem judaico-alemã e considerado anarquista revolucionário, Daniel Cohn-Bendit, que ocupava, juntamente com seus mais de 100 colegas, o centro administrativo da Universidade de Nanterre, localizada na região parisiense. O “clima” foi esquentando no mês de abril com grandes debates políticos e cursos interrompidos, entre outros o do conhecido historiador René Rémond, no dia 2 de maio. No dia seguinte a universidade foi fechada, os estudantes saíram de Nanterre e ocuparam a Sorbonne. A polícia interveio. Assim começou o maio francês (Bantigny, 2018:41). Por várias semanas o país ficou paralisado, com muitas greves, manifestações, assembleias e debates acon-

tecendo em universidades, teatros, escolas e fábricas. Evidentemente, a Cidade Universitária estaria nesta listagem.

Em 24 de abril, o comitê de residentes da Casa do Brasil, presidido pelo historiador Ciro Flamarion Cardoso, que fazia seu doutorado na *Faculté des Lettres et Sciences Humaines de Nanterre*, fez uma reunião com o diretor para estabelecer uma programação cultural para o mês seguinte e falar sobre o problema da liberalização do regime de visitas, em vista do cenário que se apresentava naquele momento.<sup>20</sup> Foi assim que Lisanti pediu uma reunião de emergência na embaixada, realizada no dia 26. Na ordem do dia estava o exame do problema da livre circulação entre os alojamentos de ambos os sexos. Durante a reunião, Lisanti afirmou "que os movimentos estudantis localizados em Nanterre e outras universidades produzem reflexos profundos na cité". Votou a favor da liberação da circulação, pois, justificava, não poderia isolar a Casa do Brasil do meio universitário francês. Outro ponto abordado pelo diretor durante a reunião merece destaque: o "mau recrutamento" de bolsistas, cujo nível vinha baixando sensivelmente, uma vez que era realizado "em moldes precários". Lisanti sugeriu assim a "instituição do exame psicofísico obrigatório, o que permitiria uma seleção mais apurada dos bolsistas". O embaixador Carlos Chagas, por sua vez, propôs a elaboração de um comunicado ao ministro das Relações Exteriores apresentando a questão do baixo nível de recrutamento dos bolsistas com vistas a melhorar a seleção<sup>21</sup> realizada pela Capes, que já se sentia sem poder de comando da casa, criando, assim, mais um atrito na história da *maison* entre o Itamaraty e o MEC.

Reunidos em 22 de maio, os residentes da casa, em sintonia com as propostas do movimento estudantil francês, adotaram a cogestão como modo de vida administrativa e comunitária,<sup>22</sup> o que nesse universo queria dizer uma gestão partilhada da administração da casa entre residentes e direção. O tema da cogestão,<sup>23</sup> palavra de ordem entre a esquerda francesa naquele momento, juntamente com a questão das liberdades (sobressaindo a liberdade de expressão

<sup>20</sup> Archives Nationales, 20090014/33. Rencontre du Comité des Residents avec monsieur le directeur de la Maison du Brésil, le 24 avril 1968. O documento traz a data de abril, mas de acordo com a cronologia dos eventos é provável que a reunião tenha se realizado em 24 de maio de 1968.

<sup>21</sup> Archives Nationales, 20090014/33. Ata confidencial, 27 de abril de 1968.

<sup>22</sup> Archives Nationales, 20090014/29.

<sup>23</sup> O tema da cogestão rendeu inúmeras discussões, para além dos sindicatos, entre os intelectuais de esquerda. Um dos clássicos é a obra de Rosanvallon (1976).

e política) seria o foco das discussões e ações, nos anos seguintes, dos residentes, da direção da casa e da Ciup. Por outro lado, a questão da cogestão do prédio passou a ser considerada “o problema fundamental”<sup>24</sup> da casa, tornando-se objeto de discussão entre o MRE e o MEC<sup>25</sup> e, sobretudo, foco de preocupação por parte dos militares, uma vez que a proposta batia de frente com seu projeto de “intervencionismo controlador do Estado” (Carvalho, 2006).

No dia 30 de maio a Casa do Brasil, a exemplo do que aconteceu com outras casas na cité universitaire, como a do Marrocos e a de Portugal, foi invadida. Foi apurado que os invasores eram pessoas externas à casa e em sua maioria estrangeiros: espanhóis, portugueses, latino-americanos e apenas dois ou três franceses. O número de participantes relatado variou muito, de 30 até 100 pessoas.<sup>26</sup> Se os comitês de ocupação tiveram por objetivo apoiar o movimento revolucionário francês e também protestar contra os regimes que estavam no poder nos países correspondentes às casas ocupadas, o caso brasileiro não fugiu à regra. Ao contrário. Segundo o jornal *Le Monde*,<sup>27</sup> “a ocupação não foi pacífica e mesmo os estudantes brasileiros e franceses que apoiavam e participavam dos movimentos de contestação foram molestados”. Incidente mais grave aconteceu com um estudante que era declaradamente contrário e pretendia elaborar uma lista de residentes comunistas para ser entregue à polícia: o jovem foi preso em seu quarto e longamente interrogado, segundo o jornal. Tratava-se do médico Gilberto Mauricio Pradez de Faria, que foi aconselhado pela embaixada a retornar ao Brasil. A própria Embaixada do Brasil entrou em contato com o Ministère des Affaires Etrangères da França para denunciar o acontecimento: “o doutor [...] foi obrigado à força a assinar um papel declarando-se ‘agente anticomunista a mando do governo brasileiro’, assinando também um recibo de uma determinada soma de dinheiro que lhe foi extorquido para ajudar a luta revolucionária”.<sup>28</sup>

O mesmo destino teve o diretor da maison naquela noite de 30 de maio: depois de revirarem toda a sua casa, os invasores o submeteram a um longo

<sup>24</sup> AEB, Carta encaminhada pelo diretor da Maison du Brésil ao embaixador Bilac Pinto em 6 de fevereiro de 1970.

<sup>25</sup> AEB, 542.93(85), Telegrama enviado pelo embaixador Olavo Bilac Pinto ao ministro da Educação Jarbas Passarinho em 11 de abril de 1970.

<sup>26</sup> AEB, Relato do diretor em carta à embaixada; jornal *Le Monde*, 2-3 juin 1968.

<sup>27</sup> Idem.

<sup>28</sup> AEB, telegrama confidencial expedido em 4 de junho de 1968. Tradução livre da autora.



interrogatório, perguntando-lhe sobre a condição do diretor e sobre o governo brasileiro. Luis Lisanti foi expulso de sua residência no dia seguinte. Ao que parece abalado com o evento, escreveu uma carta para a Embaixada do Brasil relatando os acontecimentos da invasão. No entanto, insistiu em mostrar que os fatos desenrolados o haviam sido por conta da conjuntura parisiense, sendo assim a maison uma "vítima" e não uma "agente". Reafirmar o contexto de ebulição estudantil francês não deixava, assim, de apresentar um duplo interesse: tirar o foco dos estudantes brasileiros e colocar a Casa do Brasil como agente passivo, mesmo que os setores militares do regime já não vissem com bons olhos aquele "espaço".

A maison foi desocupada em 12 de junho, momento em que Lisanti voltou e começou o processo para apurar as perdas materiais, propondo aos residentes e funcionários que apontassem seus pertences roubados. Embora a maioria tivesse respondido negativamente, o diretor preparou uma queixa que apresentou à Justiça, e foi aberto um "processo verbal de constatação"<sup>29</sup> para apurar as perdas. Como a situação na cité universitaire ainda estava insegura, Lisanti acabou por acatar a sugestão de que o próprio delegado dirigisse temporariamente a maison, como havia ocorrido com outras casas também invadidas (caso de Espanha e Portugal).<sup>30</sup> Em agosto, Luis Lisanti pediu demissão do posto que ocupava.

Em setembro de 1968, o Conselho de Administração da cité homologou a saída do diretor indicando José Guimarães Alves, diretor da escola de Belas Artes de Belo Horizonte, homem próximo do regime, para assumir o posto. Na mesma reunião aventou-se a possibilidade de tornar a Casa do Brasil uma residência apenas para casais. O ainda diretor Lisanti dizia que a casa não fora projetada para receber residentes de ambos os sexos. A ideia não era apenas uma consequência do movimento francês, mas também um desdobramento da própria conjuntura brasileira: deixar a maison ser habitada por casais poderia diminuir a possibilidade de residentes militantes não perfilados com o regime instalado em 1964.

O ano de 1968 terminou no Brasil com mais um Ato Institucional (AI) editado pelo governo militar, que dessa vez fechava o regime completamente, inaugurando o período considerado "mais duro" com relação à repressão, envolvendo uma nova

<sup>29</sup> Archives Nationales, 20090014/30. Procès verbal de constat, le 14 juin 1968.

<sup>30</sup> Archives Nationales, 20090014/30. Carta de Luis Lisanti ao embaixador do Brasil em Paris, em 25 de junho de 1968.

leva de cassação de professores e também de extermínio de opositores, incluindo vários estudantes e alguns docentes.<sup>31</sup> No entanto, foi a partir desse momento que o governo militar empreendeu uma reforma universitária no país de cunho modernizador-autoritário: a expansão das universidades, o aumento do número de estudantes e sobretudo o fortalecimento e a expansão dos cursos de pós-graduação foram a faceta modernizadora do regime. Por outro lado, os militares ampliaram seu setor de vigilância chegando a criar em cada universidade federal "Agências de Segurança e Informação" que deveriam reportar todas as informações sobre o corpo docente e discente para o Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão ligado diretamente ao presidente da República. Se no Brasil os militares aumentavam a vigilância sobre seus opositores, como controlar os brasileiros no território francês? Este passou a ser um grande desafio para o governo.

### Os desdobramentos dos acontecimentos de 1968

No Brasil, os dissidentes e propagadores de ideias contrárias ao regime eram extremamente vigiados, quando não exterminados. Do outro lado do Atlântico, sopravam os ventos libertários do maio francês que assombravam os dirigentes brasileiros. Por seu turno, sobretudo os exilados passaram a utilizar diferentes canais para a denúncia da ditadura, tornando-se a Casa do Brasil não apenas um local para a divulgação dessas informações como também abrigo para muitos clandestinos. Em abril de 1969, o diretor da maison escreveu um relatório que foi enviado para o serviço de vigilância da Aeronáutica, descrevendo a situação da cité após os eventos ocorridos no ano anterior: proibição de ingresso das forças da ordem; liberdade de agrupamento político em qualquer sentido e escolha; direito de livre ingresso nos prédios, bem como de trânsito, sem maiores restrições; liberdade assegurada de exprimir opiniões e afixar cartazes; liberdade de visita nos quartos. O texto afirmava que a situação, "mesmo com os polimentos posteriores que lhe foram dados, apresenta-se conflitante com os interesses legítimos da Nação que subvenciona a Casa, com o interesse dos residentes e com a autoridade do Diretor".<sup>32</sup>

<sup>31</sup> Para maiores informações sobre a relação da ditadura com as universidades ver Müller (2014:265-298).

<sup>32</sup> AN, BR\_DFANBSB\_AAJ\_IPM\_0187\_d. A Casa do Brasil em Paris e as condições de seu funcionamento, em 25 de abril de 1969.

Foi assim que em 7 de maio de 1969 o Estado Maior da Aeronáutica expediu um documento confidencial<sup>33</sup> com um relatório do seu adido militar em Paris sobre a situação da Casa do Brasil. No que tange ao seu controle, os militares mostraram-se bastante insatisfeitos com a "liberdade" dos moradores, uma vez que o diretor não tinha forças para intervir diretamente no caso de "*personas non gratas*". O documento também realçava a própria "inércia" da cité com relação ao caso:

Há um convênio, ou entendimento, ou seja, lá o que for, que impede as Forças da Ordem (organizações policiais, mantenedoras da Ordem Pública) de intervirem na CIUP, salvo se pedidas pelo Delégué da Cité. Assim, por mais grave que seja a situação de uma ou várias Casas, os Embaixadores dos Países a que pertencem não conseguem restabelecer a ordem pois a Polícia lá não vai. [...] Tal situação é facilmente explicável pela total impotência do Diretor, pela ausência completa da polícia, omissão do Diretor da Cité e a situação político-psicossocial-econômica da França.

O longo documento vai além, apresentando seu entendimento sobre a vida política francesa e a administração De Gaulle,<sup>34</sup> o que demonstra antes de tudo a visão de mundo, ou a cultura política autoritária e anticomunista que guiava os militares brasileiros. Para o adido, a França estava "brincando de ser socialista". No entanto, ele próprio apresentava o fato de no país não haver *habeas corpus* e de só existirem dois canais de TV e três estações de rádio, pertencentes ao governo federal. Ademais, as regiões do país não tinham qualquer simulacro de liberdade política ou administrativa e, segundo ele, "esta escravidão levou a Bretanha a querer e agir violentamente nesse sentido para tornar-se independente". Na sua visão, isso era incongruente com uma certa visão e prática do governo. Para ele, na França falava-se demais em liberdade:

Invocando esta liberdade de expressão assistimos a um filme de longa metragem mostrado em duas projeções, nas quais se fazia de Mao-Tse-Tung um Deus. O que conta é que tal filme foi exibido na Televisão, ou seja, num órgão de difusão

<sup>33</sup> AN, INFORMAÇÃO N. 020 /1A2/EMA5R, 7 de maio de 1969; ref Of n. 033/69-GP, de 31 de março de 1969.

<sup>34</sup> O relatório do adido certamente apresentava data anterior à saída do general de Gaulle da presidência francesa.

oficial. Tempos depois assistimos outro sobre Fidel Castro, em que o mesmo era mostrado como Salvador de Cuba. Estes filmes, além de serem projetados na TV do governo (única também) ainda são comentados em Francês por franceses de Paris. É evidente que são filmes preparados em Cuba e Pequim, mas estaremos que sejam exibidos em órgãos do governo e comentados por especialistas franceses. Não é de estranhar que na Cité Universitaire reinem os estudantes da guarda-vermelha e bandeira preta e explica-se por que a Polícia não pode lá intervir- Ela é do governo. [...]

A partir da explanação da situação no país, o adido demonstra o mal-estar das Forças Armadas ante a conjuntura francesa convulsionada. Para finalizar seu relatório, passa a tecer uma série de considerações, afirmando:

- que a Casa do Brasil só é do Brasil em nome;
- que seu diretor nenhuma ou quase nenhuma autoridade tem sobre a mesma ou seus ocupantes;
- que o prédio que era nosso passou para a França;
- que pelas ações aqui ocorridas a existência da Casa do Brasil desmerece mais que enaltece o nome do Brasil;
- que se consome 50.000 dólares por ano para o prestígio de Paris como meca do ensino (e da subversão estudantil).

Por fim, declara o adido: “Somos de opinião que já deveria ter sido fechada desde maio de 1968. Quando solicitados aconselhamos ao sr. embaixador Bilac Pinto que o fizesse (Não fez).”

Outros documentos expedidos pelo Exército brasileiro reforçavam a falta de controle, a “concessão das mais absurdas liberdades” e “a generalização da promiscuidade entre sexos no interior da Casa”, denunciando nominalmente os elementos “suspeitos”.<sup>35</sup> Os dossiês dos comandos da Marinha e do Exército, ao longo dos anos 1969 e 1970, são extremamente detalhados, contendo informações desde a época da fundação do prédio, listas de estudantes, cartas dos diretores, legislações, pareceres, recortes de jornais do Brasil e da França, o acompanhamento da questão da implantação da cogestão, além de longos

<sup>35</sup> AN, BR\_DFANBSB\_AAJ\_IPM\_0236\_d. EME – Adido do Exército a Embaixada do Brasil na França. PB 24/69-S/2.1

documentos de análise de conjuntura feitos por civis e militares. Mostram bem o controle militar do regime e as divergências com os governos que não partilhavam suas ideias.

A assertiva se torna ainda mais positiva quando se cruza tais documentos com o diagnóstico do ministro-conselheiro, membro civil do Itamaraty, que fez um longo relatório sobre a situação da Casa do Brasil para ser enviado ao ministro das Relações Exteriores. Em suas conclusões, apesar de concordar com a pouca influência do Brasil no comando da casa, o ministro trata de apresentar os aspectos positivos para mantê-la aberta: "Na verdade, a *Maison du Brésil* presta relevantes serviços à cultura brasileira, pela acolhida que proporciona [...] aos nossos patrícios que se deslocam para Paris em busca da ampliação de seus conhecimentos e de suas experiências, no plano das ciências, da tecnologia, das letras e das artes em grau universitário".<sup>36</sup>

No ano de 1970, estimulados pelo *Bureau International d'Etudiants*,<sup>37</sup> os residentes da *maison* começaram uma greve contra o aumento dos aluguéis, que resultou no não pagamento das mensalidades da casa durante alguns meses. Esse ponto, somado à questão do novo estatuto sobre a cogestão, que ainda não tinha entrado em funcionamento, além da pressão militar sobre a imagem "negativa" que a Casa do Brasil apresentava sobre o país, levou a embaixada a começar uma negociação para a revisão do estatuto da casa com a *Ciup*. Foi assim que em 22 de julho de 1971 o embaixador do Brasil na França, general Aurélio de Lyra Tavares, assinou em cartório, juntamente com o reitor Robert Mallet, um ato retificador da doação inicial do governo brasileiro. Nesse ato as principais alterações foram:

- A composição do Conselho de Administração da casa passava de 10 para seis membros, recaindo a supressão sobre quatro membros brasileiros. O único membro brasileiro restante no conselho passava a ser um representante da embaixada.
- O embaixador brasileiro deixava de presidir o Conselho de Administração.
- A denominação "*Maison du Brésil*" era oficialmente mudada para "*Fondation Franco-Brésilienne*".

<sup>36</sup> AEB, 542.93(85)1969/13.

<sup>37</sup> AEB, 542.93(85). *Tous en grève des loyers*. In: Carta do diretor da MB ao embaixador Bilac Pinto em 4 de março de 1970.

A partir da modificação dos estatutos, o governo brasileiro deixou de enviar diretores em missão oficial e parou de repassar verba para a manutenção da casa. No entanto, a documentação indica que a Capes continuou com o papel de recolhimento das candidaturas dos brasileiros, remetendo a escolha para a França, o que acabou por permitir certa "triagem" dos candidatos e o acompanhamento direto por parte dos militares das atividades desenvolvidas, como demonstram os relatórios. A Casa do Brasil passou a ser comandada por diretores franceses, num sistema híbrido entre uma casa ligada à cité universitaire e uma casa nacional. Assim, o pesquisador francês do CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique) Michel Rémi Ferlus assumiu a direção da casa e transmitiu o cargo em 1975 ao geógrafo francês de origem polonesa Jean Piwnik, que permaneceu no posto até 1991, quando começaram as tratativas para a maison voltar a ser dirigida pelo Brasil.

### Notas finais

O que poderia fazer parte da faceta modernizadora do regime militar, a ampliação dos intercâmbios científicos entre Brasil e França (que passavam pela Maison du Brésil), foi abandonado em prol de uma face autoritária e repressiva. O autoritarismo militar estava no centro da doutrina do regime, e, à medida que as tensões cresciam no país e fora dele, os militares aumentavam seu controle. Para além de simples pragmatismo, parece assim que se optou por uma política muito mais reativa que propositiva. Como se tornou impossível controlar os moradores da Casa do Brasil, e como o governo brasileiro não contava com a "boa vontade" da Ciup, a solução que se desenhou foi mais drástica: se não podemos controlar, não nos responsabilizaremos oficialmente. É por meio desta chave que pode ser entendido o desengajamento do Brasil da sua casa na França: esta passou a ser foco de opositores do regime, e a própria conjuntura francesa foi encampada pelas esquerdas.

Apesar do ato final, a situação mostrou-se muitas vezes ambígua, apontando uma sensível diferença de posicionamento entre os membros civis e militares do Itamaraty, um ponto que merece ser aprofundado em pesquisas futuras. A entrega da Maison du Brésil ao controle francês expressou essa ambiguidade durante seu processo, mostrando uma tensão na relação entre militares e civis que atuavam no MRE. No entanto, neste caso, como a casa estava sujeita

às regras francesas, não podendo, dessa maneira, ser encaminhada a política determinada pelos militares de controle e extermínio de focos de oposição ao regime, o pragmatismo militar levou à desvinculação do Brasil de sua *maison*.

A realidade política brasileira contrastava com a ambição integradora do projeto de uma *maison* dentro da *cité universitaire*, projeto esse que se destinava a ensinar as futuras elites dirigentes de cada na o a se conhecerem e respeitarem para assegurar a paz mundial (Kevonian e Tronchet, 2013:21). O objetivo de criar uma rede transnacional, que esteve presente na origem do projeto de uma Casa do Brasil em Paris, pensado pelo Estado nos anos 1950, perpassava esses princípios e assinalava a vontade do Brasil de dialogar e se fazer presente no cenário da produ o intelectual mundial. Depois de 1964, porém, e sobretudo a partir do ano de 1968, a lógica militarista, baseada na doutrina de segurança nacional, cuja teoria tinha inspira o na experiência francesa na Argélia, contrastou enormemente com aqueles princípios e com a livre circula o de ideias que predominava na *cité*. O desfecho, um tanto lógico, foi a nega o do internacionalismo.

## Arquivos

Archives Nationales (France)

Arquivo da Embaixada do Brasil (AEB) na França

Arquivo Nacional (AN) (Brasil)

## Referências

BANTIGNY, Ludivine. *1968: de grands soirs en petits matins*. Paris: Seuil, 2018.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças armadas e política no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

DUMONT, Juliette. *De la coopération intellectuelle   la diplomatie culturelle: les voies/x de l'Argentine, du Brésil et du Chili (1919-1946)*. Thèse Université Sorbonne Nouvelle – Paris 3, soutenue le 24 juin 2013.

\_\_\_\_\_; FLECHET, Anaïs. "Pelo que   nosso!": a diplomacia cultural brasileira no século XX. *Revista Brasileira de História*, S o Paulo, v. 34, n. 67, p. 203-221, jun. 2014.

- GEORGI, Frank. La France et la circulation internationale de l'utopie autogestionnaire. In: DREYFUSS-ARMAND, Geneviève. *Les années 68, un monde en mouvement: nouveaux regards sur une histoire plurielle (1962-1981)*. Paris: Syllepse, 2008, p. 82-107.
- KEVONIAN, Dzovinar; TRONCHET, Guillaume (Dir). *La Babel étudiante: la Cité Internationale Universitaire de Paris (1920-1950)*. Rennes: Presse Universitaire de Rennes, 2013.
- MOTTA, Rodrigo P. Sá. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- MÜLLER, Angélica. Violações de direitos humanos na universidade. In: BRASIL, *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Tomo II, dezembro de 2014, p. 265-298.
- ROSANVALLON, Pierre. *L'Âge de l'autogestion ou la politique au poste de commandement*. Paris: Seuil, 1976.
- SALIM, Inez Machado. *Discours 50 ans Maison du Brésil*. Paris, le 24 juin 2009. (mimeo).
- \_\_\_\_\_. *1959-2009: 50 anos da Casa do Brasil, 82 anos de história*. (mimeo).